



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA VETERINÁRIA

**CRÉDITO RURAL EM GOIÁS E NO DISTRITO FEDERAL: ANÁLISE DOS
PROJETOS DE FINANCIAMENTO AGROPECUÁRIO**

LEONARDO DE LIMA MEDEIROS

BRASÍLIA, 2021

LEONARDO DE LIMA MEDEIROS

**CRÉDITO RURAL EM GOIÁS E NO DISTRITO FEDERAL: ANÁLISE DOS
PROJETOS DE FINANCIAMENTO AGROPECUÁRIO**

Monografia apresentada à Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária da Universidade de Brasília, como parte das exigências do curso de Graduação em Agronomia, para a obtenção do título de Engenheiro Agrônomo.

Orientador: Prof. Dr. **Gabriel da Silva Medina**

BRASÍLIA, DF

2021

FICHA CATALOGRÁFICA

MM488c	Medeiros, Leonardo de Lima Crédito Rural em Goiás e no Distrito Federal: Análise dos projetos de financiamento agropecuário / Leonardo de Lima Medeiros; orientador Gabriel da Silva Medina. -- Brasília, 2021. 29 p.
	Monografia (Graduação - Agronomia) -- Universidade de Brasília, 2021.
	1. Agronegócio. 2. Custeio. 3. Investimento. 4. FCO Rural. 5. Programa ABC. I. Medina, Gabriel da Silva, orient. II. Título.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

Medeiros, L.L. **“Crédito rural em Goiás e no Distrito Federal: Análise dos projetos de financiamento agropecuário”**. Brasília: Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, 2021. 28 páginas. Monografia.

CESSÃO DE DIREITOS

Nome do autor: Leonardo de Lima Medeiros

Título: Crédito rural em Goiás e no Distrito Federal: Análise dos projetos de financiamento agropecuário

Ano: 2021

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta monografia de graduação e para emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva-se a outros direitos de publicação e nenhuma parte desta monografia de graduação pode ser reproduzida sem autorização por escrito do autor.

LEONARDO DE LIMA MEDEIROS

**CRÉDITO RURAL EM GOIÁS E NO DISTRITO FEDERAL: ANÁLISE DOS
PROJETOS DE FINANCIAMENTO AGROPECUÁRIO.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária da Universidade de Brasília, como parte das exigências do curso de Graduação em Agronomia, para obtenção do título de Engenheiro Agrônomo.

Aprovado em ____ de _____ de _____

BANCA EXAMINADORA

Gabriel da Silva Medina

Doutor, Universidade de Brasília – UnB

Orientador

Armando Fornazier

Doutor, Universidade de Brasília – UnB

Examinador

Júlio Barea Pastore

Doutor, Universidade de Brasília – UnB

Examinador

Este trabalho dedico a todos que de certa forma contribuíram com meus estudos desde a infância até o presente momento.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus.

Agradeço aos meus pais Mateus José Medeiros e Joanecy de Lima Medeiros.

Agradeço as minhas irmãs Nathalia de Lima Medeiros e Jéssica de Lima Medeiros, pelo suporte e orientação.

Agradeço a minhas avós, Nelci Simões de Lima e Alda Madalena de Jesus, pelo carinho e amor.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Gabriel da Silva Medina, pelo tempo dedicado a este trabalho.

Agradeço a todos os professores e funcionários da UnB que proporcionaram um serviço de qualidade e excelência.

Agradeço aos colegas de curso, que durante este período, compartilhamos a sala de aula e o conhecimento.

RESUMO

Crédito rural em Goiás e no Distrito Federal: Análise dos projetos de financiamento agropecuário

O agronegócio vem alcançando participações expressivas no PIB (Produto Interno Bruto) nacional, nesse cenário, destaca-se o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) com diferentes linhas de crédito amparando a produção agropecuária brasileira. O objetivo do trabalho é analisar no contexto de uma empresa de assistência técnica com atuação em Goiás e do Distrito Federal as principais linhas de crédito requisitadas pelos produtores, especificamente, busca-se comparar o volume de projetos e recursos para os créditos de Custeio e Investimento; o montante movimentado por cada linha, a quantidade de produtores atendidos; a disponibilidade de recursos ofertada para as seguintes linhas de crédito: Custeio, FCO (Fundo Constitucional do Centro-Oeste), ABC (Agricultura de Baixo Carbono), bem como a quantidade de projetos realizados nessas linhas. Pretende-se também verificar a diversificação das atividades agropecuárias financiadas nas diferentes modalidades e linhas de crédito, além disso, identificar quais instituições financeiras são mais utilizadas pelos produtores. Para isto foi utilizado o banco de dados dos anos de 2014 e de 2019 de uma empresa de elaboração de projetos agropecuários. O Custeio apresentou maior número de projetos e um valor global dos projetos superior ao Investimento. No Custeio as culturas de soja, milho, sorgo e feijão apresentaram a maior porcentagem de projetos, enquanto que no Investimento a maioria dos projetos foram destinados a bovinocultura (corte/leite). Ao se analisar individualmente cada linha (Custeio, FCO e ABC), e somar os projetos realizados em cada uma delas, observa-se que o Custeio apresentou o maior valor. A instituição financeira predominante tanto no Custeio quanto no investimento foi o Banco do Brasil. Deste modo, observa-se que o agricultor recorre mais ao Custeio que é uma linha de crédito de curto prazo, visto que, a maioria dos projetos de Custeio foram destinados as culturas de soja, milho, feijão e sorgo. Entretanto, no Investimento foi observada a predominância de projetos pecuários, demonstrando a preferência dos pecuaristas por linhas de crédito de longo prazo.

Palavras-chave: Agronegócio; Custeio; Investimento; ABC; FCO Rural.

ABSTRACT

Rural credit in Goiás and the Federal District: Analysis of agricultural financing projects

Agribusiness has been reaching expressive shares in the national GDP (Gross Domestic Product), in this scenario, the National System of Rural Credit (SNCR) stands out, with different lines of credit supporting Brazilian agricultural production. The objective of the work is to analyze, in the context of a technical assistance company operating in Goiás and the Federal District, the main lines of credit required by producers, specifically, it seeks to compare the volume of projects and resources for Costing and Investment credits ; the amount moved by each line, the number of producers served; the availability of resources offered for the following credit lines: Costing, FCO (Center-West Constitutional Fund), ABC (Low Carbon Agriculture), as well as the number of projects carried out under these lines. It is also intended to verify the diversification of agricultural activities financed in different modalities and lines of credit, in addition to identifying which financial institutions are most used by producers. For this, the database of the years 2014 and 2019 of an agricultural project elaboration company was used. Costing presented a greater number of projects and an overall value of projects higher than Investment. In Costing, soybean, corn, sorghum and bean crops had the highest percentage of projects, while in Investment, most projects were destined to cattle raising (beef/milk). When analyzing each line individually (Costing, FCO and ABC), and adding the projects carried out in each of them, it is observed that the Costing had the highest value. The predominant financial institution in both Costing and investment was Banco do Brasil. Thus, it is observed that the farmer resorts to Costing, which is a short-term credit line, since most of the Costing projects were intended for soybean, corn, bean and sorghum crops. However, in Investment, the predominance of livestock projects was observed, demonstrating the preference of livestock farmers for long-term credit lines.

Keywords: Agribusiness; Costing; Investment; ABC; Rural FCO.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 Sistemas de produção beneficiados, Goiás e Distrito Federal, 2013.....	17
TABELA 2 Participação das instituições financeiras no crédito rural, Brasil, 2013.....	18
TABELA 3 Comparação Custeio x Investimento, no ano de 2014, Goiás e Distrito Federal.....	19
TABELA 4 Comparação Custeio x Investimento, no ano de 2019, Goiás e Distrito Federal.....	20
TABELA 5 Comparação dos sistemas de produção beneficiados, Custeio x FCO, 2014, Goiás e Distrito Federal	21
TABELA 6 Comparação dos sistemas de produção beneficiados, Custeio x FCO, 2019, Goiás e Distrito Federal.....	21
TABELA 7 Porcentagem de projetos realizados no ano de 2014, Goiás e Distrito Federal.....	23
TABELA 8 Porcentagem de projetos realizados no ano de 2019, Goiás e Distrito Federal.....	23
TABELA 9 Valor total dos projetos em R\$, em 2014, Goiás e Distrito Federal	23
TABELA 10 Valor total dos projetos em R\$, em 2019, Goiás e Distrito Federal.....	23
TABELA 11 Porcentagem de participação das instituições financeiras, em 2014, Goiás e Distrito Federal.....	24
TABELA 12 Porcentagem de participação das instituições financeiras, em 2019, Goiás e Distrito Federal.....	25

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Agricultura de Baixo Carbono
BACEN	Banco Central do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CMN	Conselho Monetário Nacional
DEROP	Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações do Crédito Rural e do Proagro
DF	Distrito Federal
DIORF	Diretoria de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução
FCO	Fundo Constitucional do Centro-Oeste
FNE	Fundo Constitucional do Nordeste
FNO	Fundo Constitucional do Norte
GEE	Gases do Efeito Estufa
PIB	Produto Interno Bruto
PRONAMP	Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1. Objetivos gerais.....	12
1.2. Objetivos específicos.....	12
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	13
2.1. Agropecuária no Centro-Oeste.....	13
2.2. Crédito rural.....	13
2.3. Custeio e Investimento.....	14
2.4. Disponibilidade de recursos ofertada (Custeio, FCO e ABC)	15
2.5. Diversificação das atividades agropecuárias financiadas.....	16
2.6. Instituições financeiras mais utilizadas pelos produtores.....	17
3. MATERIAL E MÉTODOS	18
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	19
5. CONCLUSÃO	25
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	27

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos o agronegócio vem sendo um dos principais pilares de sustentação do PIB nacional, chegando em 2020 a 26,6% de participação no PIB do Brasil de acordo com estudo do (CNA/CEPEA,2020). Nesse contexto, destaca-se a região Centro-Oeste:

“Na região Centro-Oeste do Brasil existe uma presença marcante de atividades relacionadas à produção agropecuária. Estas atividades representam oportunidades para agregação de valor com industrialização para posterior distribuição para outras regiões” (WANDER E CUNHA, 2016, p. 130).

Por trás de todo esse sucesso, existe um amplo sistema de crédito com diferentes finalidades, que visa um suporte para a produção agropecuária brasileira, oferecendo linhas que vão desde o Custeio para manutenção da produção, o Investimento que busca aumento na produção, ganho de produtividade e outras linhas como o ABC (Agricultura de Baixo Carbono) (Paixão e Bacha, 2015) que possui uma visão de responsabilidade ambiental.

O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) foi implementado em 1965, sob responsabilidade do Conselho Monetário Nacional (CMN), como Ramos e Júnior (2010) apresentam:

“[...] Dentro do SNCR, cabia ao crédito de investimento agir como mecanismo de estímulo ao processo de adoção de novas tecnologias agrícolas, ao de custeio permitir a compra de insumos modernos e ao de comercialização carregar o estoque de produto no tempo, evitando a concentração da oferta na época da safra.” (RAMOS E MARTHA JUNIOR, 2010, p. 18).

Outras fontes de recursos foram sendo criadas, em 1989, através da Lei nº 7.827 (BRASIL, 1989) foram criados os fundos constitucionais com objetivo de atenuar as diferenças de desenvolvimento dos Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste em relação aos Estados do Sul e Sudeste. Os fundos constitucionais são os seguintes: Fundo constitucional do Norte (FNO), Fundo constitucional do Nordeste (FNE) e Fundo constitucional do Centro-Oeste (FCO). Sendo assim, Goiás e Distrito Federal estão inseridos no FCO, que possui linhas voltadas para a agropecuária, tornando-se importante fonte de recursos.

Com o passar do tempo, questões que anteriormente não eram levadas em consideração passaram a ter um destaque maior, como exemplo a produção do

agronegócio com responsabilidade ambiental, nesse sentido surge o programa ABC, que de acordo com Paixão e Bacha (2015, p. 77) é “responsável em prover o crédito agrícola destinado a projetos de mitigação de emissões de GEE na agropecuária.”

Entretanto estas linhas de crédito, Custeio, FCO e ABC possuem diferentes taxas de juros, limites de financiamento, prazo de reembolso, carência, exigências de garantia e finalidades, fazendo com que na hora do produtor rural pleitear um financiamento leve em consideração diversos fatores antes de tomar a decisão final.

Portanto, devido ao impacto do crédito rural no dia a dia do agronegócio é necessário compreender, no contexto de Goiás e do Distrito Federal, o perfil dos projetos de financiamento agropecuário, principalmente pelo fato de que muitas linhas de crédito possuem interferência do Estado e fazem parte de políticas públicas voltadas ao meio rural, verificando de certo modo, se estas linhas de crédito estão sendo atrativas ao produtor rural.

1.1. OBJETIVOS GERAIS

Assim sendo, este trabalho tem como objetivo analisar o banco de dados de uma empresa de assistência técnica na elaboração de projetos de financiamento agropecuário, com atuação em Goiás e no Distrito Federal, as preferências dos produtores rurais por determinadas linhas de crédito.

1.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Especificamente pretende-se:

Comparar o volume de projetos e recursos para os créditos de Custeio e Investimento, o montante movimentado por cada linha e a quantidade de produtores atendidos;

Verificar a diversificação das atividades agropecuárias financiadas, comparando o Custeio com o FCO;

A disponibilidade de recurso ofertada, individualmente, para cada linha de crédito: Custeio, FCO, ABC e a quantidade de projetos realizados nessas linhas;

Identificar quais instituições financeiras são mais utilizadas pelos produtores.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1. AGROPECUÁRIA NO CENTRO-OESTE

A produção agropecuária brasileira vem alcançando resultados expressivos nos últimos anos, com participação significativa no PIB nacional. Dito isto a região Centro-Oeste vem despontando como um dos principais polos de produção agropecuária, de acordo com Castro (2014, p. 9): “A região Centro-Oeste é, junto com as regiões Sul e Sudeste, o local no Brasil onde se realiza a atividade de exploração agropecuária mais bem-sucedida no que se refere à rentabilidade da produção”.

Complementando a importância da agropecuária para a economia da região Centro-Oeste, ainda ressalta:

“A participação das atividades agropecuárias na região Centro-Oeste no produto interno bruto (PIB) agropecuário nacional cresceu significativamente nas últimas décadas. Essa participação, que era de 7,4% em 1970, saltou para 19,5% em 2009, mais do que o dobro.” (CASTRO, 2014, p. 30).

Em relação às regiões brasileiras com acesso ao crédito rural, observa-se “aumento no percentual do Centro-Oeste, que respondia por menos de 10% em 1970 e chegou a 26,2% em 2006. Com esse resultado, esta região praticamente se iguala aos valores do Sul e do Sudeste (próximo aos 30%)” conforme Leite e Wesz Junior (2014, p. 90).

2.2. CRÉDITO RURAL

Segundo os autores Ramos e Junior (2010, p. 14) destacam:

“O SNCR tinha como finalidade precípua financiar a produção agrícola, estimular a formação de capital, proporcionar a modernização da agropecuária pela aquisição de insumos modernos e beneficiar principalmente os pequenos e médios produtores”.

De acordo Servo (2019, p. 1) “a dependência do setor agropecuário ao crédito como principal fonte de financiamento é histórica e constitui um dos principais condicionantes do desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário”. Ao longo do tempo o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) foi se modificando:

“O crédito rural sofreu grandes transformações ao longo das últimas décadas, influenciado por vários fatores, tais como: altos índices de inflação, variações nos preços dos insumos do setor, interferências políticas, restrição de recursos financeiros e outros.” (Melo, Marinho e Silva, 2013, p. 12).

Entretanto, “nos últimos anos, todavia, a necessidade de ajuste fiscal e de se melhorar a qualidade e focalização do gasto público tem levado à redução do volume de subsídios e subvenções ao setor.” (SERVO, 2019, p. 7).

De acordo com os autores Lopes, Lowery e Peroba (2016) três objetivos continuam ativos na política de crédito rural brasileira, são eles: acesso ao crédito com taxas de juros abaixo das taxas de mercado; exigência legal de que os bancos dediquem uma parte do seus depósitos a vista a linhas de crédito rural; e incentivos a pequenos produtores e agricultores familiares por meio de linhas de crédito direcionadas, como exemplo o Pronaf.

Portanto, de acordo com Castro (2008) o crédito rural é uma importante política para o setor agrícola, pois, através da disponibilização de recursos permite enfrentar a restrição na aquisição de insumos e aumentar a produção agrícola.

Para a realização deste trabalho o crédito rural foi dividido em Custeio e Investimento, sendo que o Investimento inclui as linhas do FCO e ABC. O Custeio com finalidade de cobrir os custos da produção agropecuária e o Investimento com finalidade de adoção de novas tecnologias, aumento de produção e ganho de produtividade.

2.3. CUSTEIO E INVESTIMENTO

Dentro das linhas de crédito rural existentes o Custeio é uma linha voltada para custear a produção, propiciando ao produtor a quitação de seu saldo posterior a comercialização do produto, ainda segundo Ramos e Junior (2010) na implementação do SNCR cabia ao custeio permitir a compra de insumos modernos.

Em levantamento a respeito das características do crédito rural realizado por Araújo (2011), com dados do BACEN, observa-se que em 1985 os contratos de custeio representavam 79,5% do total e o Investimento correspondia 18,6% do total de contratos, no mesmo sentido Leite e Wesz Junior (2014) afirmam que o crédito de Custeio, especialmente o voltado ao setor agrícola, predomina no crédito rural, sendo que após a década de 1970 o Custeio apresentou participação superior aos 50% em todos os anos.

O Investimento, segundo Ramos e Junior (2010), tinha como função agir como mecanismo para a adoção de novas tecnologias agrícolas. Por meio da observação feita por Leite e Wesz Junior (2014, p. 103) destaca que “mesmo quando o custeio é realizado com recursos próprios, os financiamentos para investimentos, por demandarem um maior volume de capital, são acessados via programas estatais em banco públicos”.

Segundo Mata (1981, p. 4) “os créditos de investimento e comercialização são concedidos em menor número do que os de Custeio, mas o montante médio é superior nesses dois tipos de empréstimos do que no caso do Custeio”. Em um estudo realizado por Teodoro Santos *et al* em 2020, ao analisar a cultura da soja na região Centro-Oeste, ficou demonstrado que o crédito de investimento tem influência positiva na quantidade de soja produzida, deste modo, aponta uma correlação positiva entre a produção agrícola e o volume de crédito concedido.

2.4. DISPONIBILIDADE DE RECURSOS OFERTADA (CUSTEIO, FCO E ABC)

O Fundo Constitucional do Centro-Oeste, criado pela constituição de 1988, busca promover o desenvolvimento econômico e social da região Centro-Oeste. Dentro do FCO existem diferentes linhas de financiamento, a linha de crédito do FCO voltada ao meio rural, conhecida como FCO Rural, possui os seguintes programas (BRASIL, 2021): Desenvolvimento rural (aquisição de maquinário, aquisição de matrizes, implementação de sistema de irrigação, etc...), Conservação da Natureza e Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (FCO Verde), Pronaf (Inclusive reforma agrária).

Em relação aos fundos constitucionais, como o FCO por exemplo, Araújo (2011) observa que em 1990 os fundos constitucionais de financiamento obtiveram participação aproximada de 5% do montante total de empréstimos, enquanto que em 2007 se aproxima do nível de 7% do montante total de empréstimos. De acordo com análise realizada por Araújo (2016, p. 66), é notado que “60% dos municípios que mais recebem crédito advindo do FCO Rural são também os maiores produtores de gado do estado de Goiás. No caso da soja, 40% dos maiores produtores são também os maiores tomadores de FCO Rural”.

O Programa ABC, criado em 2009, de acordo com o BNDES tem como principais finalidades a adequação ou a regularização das propriedades rurais frente

à legislação ambiental, inclusive recuperação da reserva legal, de áreas de preservação permanente, recuperação de áreas degradadas e implantação e melhoramento de planos de manejo florestal sustentável (ABC Ambiental). De acordo com Wander, Tomaz e Pinto (2016), com dados do Observatório ABC, observa-se que os valores liberados por safra pela linha ABC vem caindo, com destaque para a transição da safra 2013/2014 e 2014/2015 onde houve um decréscimo de 16%.

Segundo Mata (1981, p. 4) “ o Custeio agrícola é a categoria de empréstimo mais difundida, sendo responsável por cerca de 50% do número de contratos assinados”.

2.5. DIVERSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS FINANCIADAS

Em um estudo de Leite e Wesz Junior (2014, p. 99) observa-se que:

“à ampliação dos recursos está ocorrendo sobre o mesmo perfil de produtor rural: mais capitalizados (que conseguem oferecer garantias reais aos contratos mais elevados), localizados no Centro-Sul do país, e produtores de commodities (soja, milho, café e cana-de-açúcar).”

Ao se analisar o anuário do crédito rural, do ano de 2013, observa-se que da totalidade dos recursos de Custeio disponibilizados para o DF 90,86% com finalidade agrícola e 9,14% com finalidade pecuária. No Investimento é notado a mesma tendência, sendo 91,23% dos recursos destinados a produção agrícola enquanto que os recursos destinados a pecuária correspondem a 8,77%.

Em relação ao Goiás a diferença entre agrícola e pecuária é menos discrepante. No Custeio da totalidade de recursos disponibilizados 58,08% foram destinados a produção agrícola, enquanto que a pecuária ficou com 41,92% dos recursos do custeio. No Investimento observa-se que 42,24% dos recursos tinham finalidade agrícola e 57,76% tinham finalidade pecuária.

Tabela 1. Sistemas de produção beneficiados, Goiás e Distrito Federal, 2013

DISTRITO FEDERAL		GOIÁS	
CUSTEIO		CUSTEIO	
AGRÍCOLA	PECUÁRIA	AGRÍCOLA	PECUÁRIA
90,86%	9,14%	58,08%	41,92%
INVESTIMENTO		INVESTIMENTO	
AGRÍCOLA	PECUÁRIA	AGRÍCOLA	PECUÁRIA
91,23%	8,77%	42,24%	57,76%

Fonte: BACEN/DIORF/DEROP/DIORE

De acordo com Santos (1988) o crédito rural subsidiado atendeu os objetivos dos formuladores da política de modernização do setor agrícola brasileiro, sendo que os grandes produtores responderam mais rapidamente aos incentivos, de certo modo beneficiando produtos voltados à exportação como soja e café por exemplo, direcionando este processo de modernização para o centro-sul do Brasil. De acordo com dados do (IBGE, 2020) observa-se que as culturas agrícolas com maior valor de produção em Goiás são, respectivamente, a soja, milho e a cana-de-açúcar. Em relação a produção pecuária destacam-se como maiores rebanhos, respectivamente, galináceos, bovinos e suínos.

2.6. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS MAIS UTILIZADAS PELOS PRODUTORES

O sistema bancário brasileiro historicamente tem por característica ser altamente concentrado com o crédito ofertado por poucas entidades bancárias, entretanto, entretanto de acordo com Paula (1998) a reforma bancária de 1988 proporcionou a criação de novos bancos e a diminuição do segmento público no sistema bancário.

Contudo, ao observar as linhas de crédito disponibilizadas ao setor rural, no Brasil, observa-se a predominância de bancos públicos. Conforme é apontado no seguinte trecho: “De fato, predominam no sistema de crédito rural os bancos públicos, já que são eles que operam os repasses dos Fundos Constitucionais, que contam com a equalização de juros”. (PAULA; OREIRO; BASILIO, 2013, p. 510)

A tabela a seguir extraída do Anuário Estatístico do Crédito Rural, do ano de 2012, apresenta a porcentagem de projetos realizados pelas instituições financeiras com dados do custeio, investimento e comercialização. Nota-se a predominância tanto

no Custeio quanto no Investimento da participação dos bancos oficiais federais, indo ao encontro da análise realizada por Mata (1981, p. 14) “ Observa-se a marcada predominância do Banco do Brasil como prestador rural, com uma participação mínima de 52,5 % do total”.

Tabela 2. Participação das instituições financeiras no crédito rural, Brasil, 2013

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	CUSTEIO	INVESTIMENTO	COMERCIALIZAÇÃO	PARTICIPAÇÃO NOS FINANCIAMENTOS
BANCOS OFICIAIS FEDERAIS	27,51%	49,24%	1,11%	77,86%
BANCOS OFICIAIS ESTADUAIS	0,93%	0,90%	0,06%	1,88%
BANCOS PRIVADOS	5,02%	2,63%	0,27%	7,92%
COOPERATIVAS DE CRÉDITO RURAL	10,34%	1,74%	0,27%	12,34%
TOTAL	43,79%	54,50%	1,71%	100%

Fonte: BACEN/DIORF/DEROP/DIORE

3. MATERIAL E MÉTODOS

O levantamento de dados foi realizado em uma empresa com mais de 20 anos de experiência na área de assistência técnica relacionada à elaboração de projetos de crédito rural, atuando principalmente, em Goiás e no Distrito Federal. No estado de Goiás a atuação ocorre principalmente nos municípios que compõem a Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE) do Distrito Federal. O porte da empresa é de microempresa e possui na equipe profissional Engenheiros Agrônomos, Agrimensores e Administradores. O nicho de atendimento são os médios produtores (PRONAMP) e grandes produtores, de modo que não foi localizado a realização de projetos voltados a agricultura familiar (PRONAF).

Foram coletados dados referentes aos anos de 2014 e 2019, visto que no ano de 2020, houve uma migração dos dados de algumas linhas de crédito para a plataforma digital do banco, no qual não foi possível o acesso. As linhas de crédito

que tiveram informações coletadas foram as seguintes: Custeio, ABC e FCO RURAL. Para o Investimento foi considerada a somatória dos valores financiados dos projetos de ABC + FCO, visto que, ao analisar o banco de dados da empresa não foram localizados projetos de Investimento das demais linhas, como: Moderagro, Moderfrota, InvestAgro, dentre outros. Estes dados foram computados em uma planilha e posteriormente somados para verificação do fluxo monetário movimentado por cada linha.

Cabe ressaltar que a amostra coletada está relacionada com o perfil de clientes que a empresa possui, deste modo possuindo ressalvas quanto a ampliação dos resultados apresentados para toda a região do Distrito Federal e Goiás. Para efeito comparativo de acordo com o anuário estatístico do crédito rural do ano de 2012, foram realizados em Goiás e Distrito Federal 44.180 projetos de Custeio, se comparado com os dados da empresa no ano de 2014 são 95 projetos de Custeio realizados, assim sendo representando uma parcela de 0,22% dos projetos de Custeio operacionalizados nas duas unidades da federação.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Alocação para Custeio e Investimento

As tabelas a seguir buscam comparar o Custeio com o Investimento, demonstrando a porcentagem de produtores que realizaram projetos de Custeio e a porcentagem de produtores que realizaram projetos de Investimento, bem como, o somatório dos valores, em reais, dos projetos de Custeio e Investimento.

TABELA 3. Comparação Custeio x Investimento, no ano de 2014, Goiás e Distrito Federal.

Custeio		Investimento (FCO e ABC)	
% de produtores atendidos	Valor total (R\$)	% de produtores atendidos	Valor total (R\$)
68,42	32.763.313,77	31,58	11.116.675,96

TABELA 4. Comparação Custeio x Investimento, no ano de 2019, Goiás e Distrito Federal.

Custeio		Investimento (FCO e ABC)	
% de produtores atendidos	Valor total (R\$)	% de produtores atendidos	Valor total (R\$)
61,05	34.267.074,22	38,95	19.140.296,56

Observa-se tanto na tabela 3 do ano de 2014, quanto na tabela 4 do ano de 2019, que o Custeio apresentou uma porcentagem e um valor liberado superior ao Investimento, que inclui as linhas do FCO e ABC, entretanto, entre os anos de 2014 e 2019 é notado um crescimento de aproximadamente 7% na porcentagem de produtores atendidos por linhas de crédito de Investimento.

Os resultados apresentados nas tabelas 3 e 4 demonstram que a porcentagem de produtores atendidos pelo Custeio superou os 60% em ambos os anos de 2014 e 2019, corroborando Leite e Wesz Junior (2014, p. 94) destacam: “O crédito de custeio, especialmente aquele voltado ao setor agrícola, predomina na oferta monetária geral, após a década de 1970, sua participação foi superior a 50% em todos os anos”. Se comparado o ano de 2014 e 2019 é observado aumento do valor total tanto do Custeio quanto do Investimento, somados todos os projetos analisados, isto vai contrário a análise de Servo (2019) na qual ele observa uma queda média anual de 1,4% para custeio e de 13,3% para investimento, todavia, é importante avaliar que a inflação pode gerar um valor total de projetos do ano 2019 superior ao ano de 2014 sem ser necessariamente um acréscimo real do valor movimentado pelas linhas de crédito acima citadas.

Sistemas de produção mais beneficiados

Nas tabelas a seguir há uma comparação entre as linhas de Custeio e FCO, demonstrando quais sistemas de produção tiveram mais projetos realizados pelo Custeio e quais sistemas de produção foram mais atendidos pelo FCO.

TABELA 5. Comparação dos sistemas de produção beneficiados, Custeio x FCO, 2014, Goiás e Distrito Federal

Custeio		FCO	
Produção agropecuária	%	Produção agropecuária	%
SOJA/ MILHO/ FEIJÃO/ SORGO	55,80	BOVINOCULTURA (CORTE/LEITE)	80,95
BOVINOCULTURA (CORTE/LEITE)	41,05	SOJA/ MILHO/ FEIJÃO/ SORGO	9,53
ALHO	1,05	ALHO	4,76
OVINOCULTURA	1,05	AVICULTURA	4,76
PISCICULTURA	1,05		
TOTAL	100	TOTAL	100

TABELA 6. Comparação dos sistemas de produção beneficiados, Custeio x FCO, 2019, Goiás e Distrito Federal

Custeio		FCO	
Produção agropecuária	%	Produção agropecuária	%
SOJA/ MILHO/ FEIJÃO/ SORGO	49,35	BOVINOCULTURA (CORTE/LEITE)	66,67
BOVINOCULTURA (CORTE/LEITE)	36,35	SOJA/ MILHO/ FEIJÃO/ SORGO	22,22
EUCALIPTO	3,90	AVICULTURA	5,55
ALGODÃO	2,60	EUCALIPTO	2,78
ALHO	2,60	FRUTICULTURA	2,78
CAFÉ	1,30		
FRUTICULTURA	1,30		
OVINOCULTURA	1,30		
TOMATE	1,30		
TOTAL	100	TOTAL	100

É possível notar que no ano de 2014 a maioria dos projetos de Custeio foram voltados para a produção agrícola (soja, milho, feijão e sorgo), que são culturas que geralmente ocorre a sucessão de culturas (safra verão, safrinha e safra inverno), ao analisar a Produção Agrícola Municipal (PAM/IBGE) do estado de Goiás em 2020

observa-se que soja, milho e feijão ficaram nas três primeiras posições sob perspectiva da área plantada. No FCO em 2014 há um predomínio de projetos voltados a bovinocultura. No ano de 2019, observa-se o mesmo predomínio de projetos voltados as culturas (soja, milho, feijão e sorgo) no Custeio, e no FCO repete-se a maioria dos projetos voltados a bovinocultura, entretanto, é visto um aumento de 12,69% de projetos de FCO voltados para soja, milho, feijão e sorgo, indicando uma maior tecnificação da agricultura, com instalações de pivô central, maquinários mais modernos dentre outros avanços.

Nas tabelas 5 e 6 onde são apresentados os sistemas de produção mais beneficiados pelo Custeio e pelo FCO observa-se no Custeio há predominância de projetos voltados a área agrícola, enquanto que, no FCO há predominância de projetos voltados a pecuária, indo ao encontro, em parte, com estudo de MOREIRA, (2012) em análise realizado no Mato Grosso, no qual, foi observado que os municípios em que predominam o bioma Cerrado a produção agrícola recebeu a maior parte dos recursos tanto no Custeio quanto no Investimento. Comparando-se os anos de 2014 e 2019 nota-se que no ano de 2019 houve o aparecimento de sistemas de produção que antes não constavam na lista (exemplo: fruticultura, eucalipto e algodão), mesmo que ainda em porcentagens baixas. Isto pode sinalizar uma desconcentração do crédito rural, de certo modo buscando-se mudar uma realidade apresentada por Leite e Wesz Junior (2014) conforme estudo apresentado indica que em alguns estados, como exemplo Goiás, a soja absorve entre 60% e 70% do montante destinado ao Custeio, restando aproximadamente 40% para o restante dos produtos agrícolas. De certo modo, é esperado uma grande quantidade de projetos voltados a produção de soja, visto que, em análise realizada por Maluf e Flexor (2017) é demonstrada a importância do Brasil no mercado global de soja. A predominância de projetos de Custeio voltados às culturas de soja, milho, feijão, que são conhecidas como grandes culturas, devido à grande extensão de área que ocupam, vai ao encontro da observação realizada por Castro (2008), no qual ele argumenta que o programa de crédito rural ao ser criado tinha como principal finalidade fortalecer os pequenos e médios produtores, todavia, é observado que grande parte dos recursos são destinados aos grandes produtores.

Linhas de crédito mais requisitadas

Nas tabelas a seguir é comparado o percentual de projetos realizados no Custeio, FCO e ABC, demonstrando percentualmente quais linhas de crédito foram mais requisitadas, e o valor total dos projetos realizados em cada linha de crédito, nos anos de 2014 e 2019.

TABELA 7. Porcentagem de projetos realizados no ano de 2014, Goiás e, Distrito Federal

Custeio	FCO	ABC
68,42%	22,11%	9,47%

TABELA 8. Porcentagem de projetos realizados no ano de 2019, Goiás e Distrito Federal

Custeio	FCO	ABC
66,96%	31,30%	1,74%

TABELA 9. Valor total dos projetos em R\$, em 2014, Goiás e Distrito Federal

Custeio	FCO	ABC
32.763.313,77	7.807.932,56	3.309.743,40

TABELA 10. Valor total dos projetos em R\$, em 2019, Goiás e Distrito Federal

Custeio	FCO	ABC
34.267.074,22	16.563.915,94	2.576.380,62

Observa-se que o Custeio, tanto em 2014 quanto em 2019, possui o maior percentual de projetos realizados, seguido pelo FCO e ABC respectivamente. No valor total dos projetos também é notado o predomínio do Custeio em relação ao FCO e ABC, entretanto, é importante salientar a redução de aproximadamente 22% no valor total dos projetos do ABC na comparação entre 2014 e 2019. Em relação ao FCO, entre os anos de 2014 e 2019, observa-se um aumento robusto de aproximadamente 112%, no valor total dos projetos.

Ao analisar as tabelas 7 a 10 onde é discriminada a porcentagem de projetos realizados em cada linha de crédito e do valor total (R\$) dos projetos realizados em cada linha de crédito, nota-se um decréscimo na linha do Programa ABC,

comparando-se 2014 e 2019, esta queda é observada tanto na quantidade de projetos realizado quanto no valor total (R\$) dos projetos realizados por esta linha, apresentando conformidade com estudo dos autores Wander, Tomaz e Pinto (2016), como dados do observatório ABC, onde é constatado uma tendência de queda dos valores liberados pelo programa ABC. Em relação ao Custeio houve uma pequena variação tanto na quantidade de projetos realizados quanto no valor total dos projetos (R\$), sendo que, a quantidade de projetos realizados pelo Custeio em comparação com as demais linhas de crédito manteve-se acima dos 50%, indo ao encontro, conforme supracitado, da constatação de (Leite e Wesz Junior, 2014). Na análise do FCO constata-se que entre os anos de 2014 e 2019, houve um acréscimo de aproximadamente 9% na quantidade de projetos realizados, e um aumento superior aos 100% do valor total dos projetos, indicando que o FCO, diferentemente do Programa ABC, apresenta uma tendência de alta.

Participação das instituições financeiras no Custeio e Investimento

Na sequência é demonstrado a porcentagem de projetos realizados por cada instituição financeira, nas linhas de crédito de Custeio e Investimento (ABC + FCO), nos anos de 2014 e 2019.

TABELA 11. Porcentagem de participação das instituições financeiras, em 2014, Goiás e Distrito Federal

Custeio		Investimento (FCO + ABC)	
Instituição financeira	%	Instituição financeira	%
Banco do Brasil	88,42	Banco do Brasil	100
Banco de Brasília	10,53		
Outros	1,05		
TOTAL	100	TOTAL	100

TABELA 12. Porcentagem de participação das instituições financeiras, em 2019, Goiás e Distrito Federal

Custeio		Investimento (FCO + ABC)	
Instituição financeira	%	Instituição financeira	%
Banco do Brasil	76,62	Banco do Brasil	100
Banco de Brasília	20,78		
Outros	2,60		
TOTAL	100	TOTAL	100

Nota-se ao analisar as tabelas 11 e 12 a predominância dos bancos públicos (Banco do Brasil e Banco de Brasília) no Custeio, correspondendo aproximadamente 98% em ambos os anos de 2014 e 2019. Em relação ao Investimento observa-se a hegemonia do Banco do Brasil.

Diante dos dados apresentados nas tabelas 11 e 12 observa-se que tanto no Custeio quanto no Investimento há a predominância de bancos públicos indo ao encontro da análise apresentada por Servo (2019, p. 1) “O crédito rural no Brasil sofre significativa intervenção do poder público, como: elevada regulamentação, direcionamento de recurso, fixação de juros, edição de programas de renegociação de dívida e concessão de subsídios explícitos e implícitos”. Portanto, nota-se que no sistema de crédito rural do Centro-Oeste, não é observado, claramente, uma desconcentração do sistema bancário, contrapondo-se à análise realizada por Paula (1998) na qual argumentava que após a reforma bancária de 1988 houve uma certa desconcentração bancária com a criação de novos bancos e com a diminuição da participação do segmento público no sistema bancário. As linhas de investimento FCO e ABC tiveram sua totalidade de projetos operados por bancos públicos reforçando a análise realizada por Leite e Wesz Junior (2014) onde é observado que os financiamentos para Investimento, por demandarem maior capital, são acessados via programas estatais em bancos públicos.

5. CONCLUSÃO

Através dos dados apresentados neste trabalho conclui-se que o Custeio em comparação com o Investimento é a linha de crédito mais requisitada pelos produtores rurais, atendendo maior número de produtores e apresentando o valor total de projetos superior ao Investimento.

No Custeio há predominância de projetos para área agrícola, com destaque para as culturas de soja, milho, feijão e sorgo, entretanto, no FCO observa-se que a pecuária apresenta maior quantidade de projetos, com destaque para a bovinocultura. Infere-se, através da quantidade de projetos destinados as grandes culturas, como soja, milho e feijão, que os grandes produtores são os maiores beneficiários do crédito rural. De certo modo observa-se que o crédito de Custeio é concentrado em poucas culturas, havendo pouca diversificação de sistemas produtivos.

São realizados mais projetos para Custeio comparando-se com FCO e ABC. O valor total dos projetos de Custeio é superior ao valor total dos projetos de FCO e ABC. Mesmo o ABC sendo uma linha de crédito desenhada para atender as demandas atuais de conservação ambiental e redução da emissão de CO², nota-se que o FCO apresenta uma tendência de crescimento enquanto que o ABC apresenta uma tendência de queda na quantidade de projetos realizados.

Os bancos públicos predominam no crédito rural, sendo que, a maioria dos projetos de Custeio e Investimento realizados são destinados a eles.

Deste modo, visto que o segmento do crédito rural tem grande influência do governo na tentativa de realização de políticas públicas, como o Plano ABC que tem como legado a preocupação ambiental e o FCO que busca promover o desenvolvimento econômico do Centro-Oeste, é de suma importância o Estado atrelar ao Custeio políticas públicas e contrapartidas, uma vez que os dados apresentados demonstram que é a linha de crédito mais requisitada pelos produtores rurais.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, K. M. DE (UFG). **FCO Rural nos municípios goianos** : um estudo acerca de seus impactos socioeconômicos de 2008 a 2012. 2016.
- ARAÚJO, P. F. C. DE. **Política de crédito rural**: reflexões sobre a experiência brasileira. p. 65, 2011.
- BRASIL. Programação FCO 2021. p. 99, 2021.
- CASTRO, D. **A agropecuária na região Centro-Oeste**: Limitações ao desenvolvimento e desafios futuros. 2014.
- CASTRO, E. R. DE (UFV). **Crédito Rural e oferta agrícola no Brasil**. p. 1–104, 2008.
- LEITE, S. P.; WESZ JUNIOR, V. J. **Estado, políticas públicas e agronegócio no Brasil**: revisitando o papel do crédito rural. Revista Pós de Ciências Sociais, v. 11, n. 22, p. 83–108, 2014.
- LOPES, D.; LOWERY, S.; PEROBA, T. L. C. **Crédito rural no Brasil**: desafios e oportunidades para a promoção da agropecuária sustentável. Revista do BNDES, n. 45, p. 155–196, 2016.
- MALUF, R. S.; FLEXOR, G. **Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas**. [s.l: s.n.].
- MATA, M. DA (IPEA). **Crédito rural**: caracterização do sistema e estimativa dos subsídios implícitos, 1981.
- MELO, M. M.; MARINHO, É. L.; SILVA, A. B. **O impulso do crédito rural no produto do setor primário brasileiro**. Revista Nexos Econômicos, v. 7, n. 1, p. 9, 2013.
- MOREIRA, C. M. **O crédito agropecuário como um elemento da questão agrária**: Análise do crédito agropecuário público no estado de Mato Grosso. Universidade Federal do Mato Grosso, p. 172, 2012.
- PAIXÃO, M. A. S. DA (ESALQ/USP); BACHA, C. J. C. (ESALQ/USP). **A agropecuária brasileira e a sua inserção na Economia Verde** : uma análise do Plano e do Programa ABC. v. 26, n. 47, p. 75–98, 2015.

- PAULA, L. F. DE; OREIRO, J. L.; BASILIO, F. A. C. **Estrutura do setor bancário e o ciclo recente de expansão do crédito: O papel dos bancos públicos federais.** Nova Economia, v. 23, n. 3, p. 473–520, 2013.
- PAULA, L. F. R. DE (UNIVERSIDADE DO E. DO R. DE J.-U. **Tamanho, dimensão e concentração do sistema bancário no contexto de alta e baixa inflação no Brasil.** Nova Economia, v. 8, n. 1, p. 87–116, 1998.
- RAMOS, S.; JUNIOR, G. **Evolução da Política de Crédito Rural Brasileira.** Embrapa Cerrados, Planaltina–DF, 2010.
- SANTOS, R. F. DOS. **O crédito rural na modernização da agricultura brasileira.** R. Econ. Sociol. rural, Brasília, v. 26, n. 4, p. 393–404, 1988.
- SERVO, F. **Evolução do crédito rural nos últimos anos-safra.** Carta de Conjuntura, nº 43, IPEA, p. 9, 2019.
- TEODORO SANTOS, R. *et al.* **Concessão de Crédito Rural: evidências empíricas do impacto na produção de soja no Centro-Oeste brasileiro.** Revista Economia Ensaios, v. 35, n. 2, p. 1983–1994, 2020.
- WANDER, A. E.; CUNHA, C. A. DA. **Locais de concentração de atividades agropecuárias na região centro-oeste.** Revista Tecnologia e Sociedade, v. 12, n. 25, p. 129–144, 2016.
- WANDER, A. E.; TOMAZ, G. A.; PINTO, H. E. **Uma avaliação formativa do Plano ABC.** Revista de Política Agrícola, v. 25, n. January, p. 62–72, 2016.
- MAPA. PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO 2018/2019. BRASÍLIA: MAPA, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/plano-agricola-pecuario>. Acesso: 26 de julho de 2021.
- MAPA. PLANO SAFRA 2019/2020. BRASÍLIA: MAPA, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/plano-agricola-pecuario>. Acesso: 26 de julho de 2021
- CNA/CEPEA. PIB DO AGRONEGÓCIO ALCANÇA PARTICIPAÇÃO DE 26,6% NO PIB BRASILEIRO EM 2020. CNA/CEPEA, 2021. Disponível em:

<https://www.cnabrazil.org.br/boletins/pib-do-agronegocio-alcanca-participacao-de-26-6-no-pib-brasileiro-em-2020>. Acesso: 26 de julho de 2021.

BNDES. PROGRAMA ABC. Disponível em:

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/programa-abc>. Acesso: 02 de setembro de 2021.

BRASIL. FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO OESTE – FCO. Disponível em: <https://www.gov.br/sudeco/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes-1/fundo-constitucional-de-financiamento-do-centro-oeste-fco>. Acesso: 03 de março de 2021.

ANUÁRIO DO CRÉDITO RURAL. Brasília: Banco Central do Brasil, 1999-2012.

Disponível em:

https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/anuario_estat_credrural. Acesso em: 24 de setembro de 2021.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL. Brasília: IBGE, 2020. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-permanentes.html?=&t=destaques>. Acesso em: 09 de novembro de 2021.

PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA EM GOIÁS. Brasília: IBGE, 2020. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/explica/producao-agropecuaria/go>. Acesso em: 14 de novembro de 2021.

BRASIL. Lei nº 7.827 de 27 de setembro de 1989. Institui os Fundos Constitucionais.

Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1-80, 28 set. 1989.

